

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 27 de fevereiro, a União Europeia anunciou o encerramento do espaço aéreo a voos de companhias aéreas e aviões russos, proibindo-os de aterrar, descolar ou sobrevoar em todos os 27 estados-membros, enquanto medida de sanção face ao conflito armado com a Ucrânia.

Conforme noticiado pelo Expresso (<https://expresso.pt/guerra-na-ucrania/2022-03-10-autoridade-de-aviacao-investiga-denuncias-de-rui-pinto-sobre-jatos-vip-russos-com-matricula-portuguesa>), Rui Pinto denunciou na sua rede social *Twitter*, a 1 de março de 2022, a realização de um voo privado com um jato registado em Portugal junto da Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), com o código CS-DHZ (Bombardier Global 6000). Esta aeronave é detida pela empresa Vinstra Ltd., com sede em Tortola, nas Ilhas Virgens, um conhecido paraíso fiscal, e o voo foi realizado entre Dubai e Hanoi (Vietnam), por parte do oligarca russo Alexander Mikheev, alegado traficante de armas e diretor geral da Rosoboronexport, empresa que exporta e importa material militar. Na denúncia, Rui Pinto refere que o oligarca se fazia ainda acompanhar pelo CEO da Russian Helicopters JSC.

Mais tarde, Rui Pinto volta a denunciar duas outras rotas feitas por jatos privados de oligarcas russos, desta vez a dia 7 de março, com destino a Moscovo. Uma das rotas em causa envolvia o jato de matrícula portuguesa CS-DOF (Bombardier Challenger 650), igualmente registado na ANAC, e de alegada ligação a Dmitry Mazepin, um dos oligarcas russos alvos de sanções por parte da União Europeia face à invasão da Ucrânia. Neste caso, a empresa fachada é a Halcyon Limited, com sede nas ilhas Bermudas.

Face às denúncias de Rui Pinto, a ANAC confirmou estar a analisar os contratos de fretamento e registo dos respetivos aviões. No caso do jato CS-DHZ e do voo de Alexander Mihkeev, o contrato de fretamento terá sido celebrado a 25 de fevereiro, como reporta o *Expresso*, ainda antes das imposições levantadas à Rússia. Sobre o caso do jato CS-DOF, a ANAC reporta “que está a analisar as situações pertinentes incluindo as que vieram a público, veiculadas pelos órgãos de comunicação social, tendo em conta o enquadramento definido na legislação da União Europeia e demais legislação que aplica as sanções, em coordenação com as demais

entidades competentes”.

Tendo em conta a preocupação em fazer cumprir as devidas sanções à oligarquia russa, o que requer a minuciosa averiguação da identificação destas pessoas e dos seus bens, importa acompanhar a atuação das autoridades portuguesas na matéria.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Qual o resultado da análise por parte da ANAC sobre as denúncias do passado dia 7 de março, relativo ao voo com destino a Moscovo por parte do jato privado português CS-DOF?
2. Qual a relação entre essas aeronaves e a empresa JetCapital? Está a ANAC a proceder à investigação da JetCapital?
3. Relativamente aos aviões registados juntos da ANAC, quantos são detidos por empresas sediadas em offshore e que empresas são? Que diligências estão a ser tomadas para averiguar quantos aviões e avionetas estão registadas junto da ANAC por parte de proprietários russos?

Palácio de São Bento, 19 de março de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)